

Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 7/XV/ 1.ª SL

Aos 17 dias do mês de maio de 2022, pelas 16:03 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na Sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Informações;

O Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Luís Capoulas Santos, começou por lembrar que, relativamente à reunião conjunta com a Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia (ITRE) do Parlamento Europeu, que terá lugar no próximo dia 24 de maio de 2022, os membros da mesa e coordenadores devem confirmar a sua presença o mais brevemente possível.

Ainda neste ponto, o Senhor Presidente informou sobre o pedido de agendamento de uma reunião por parte do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Turquia para o próximo dia 2 de junho, com vista a abordar o processo de adesão da Turquia à União Europeia e as relações da Turquia com a União Europeia em geral.

2. Grupo de Trabalho – Escrutínio de Iniciativas Europeias

O Senhor Coordenador do Grupo de Trabalho, Deputado Ricardo Sousa, apresentou as seguintes propostas de deliberações:

Referência	Data Iniciativa	Título	Relator Comis. Competente
COM(2022)177	2022-05-04	Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO sobre a proteção das pessoas envolvidas em processos judiciais manifestamente infundados ou abusivos contra a participação pública («ações judiciais estratégicas contra a participação pública»)	Escrutínio à 1.ª CACDLG

Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 7/XV/ 1.ª SL

COM(2022)120	2022-03-31	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) n.º 909/2014 no que diz respeito à disciplina da liquidação, à prestação transfronteiras de serviços, à cooperação no domínio da supervisão, à prestação de serviços bancários auxiliares e aos requisitos aplicáveis às centrais de valores mobiliários de países terceiros	Conhecimento 5.ª COF
COM(2022)126	2022-03-31	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre a aplicação e a execução do Acordo de Comércio e Cooperação entre a União Europeia e o Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte 1 de janeiro – 31 de dezembro de 2021	Conhecimento 2.ª CNECP
COM(2022)140	2022-04-04	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Tornar os produtos sustentáveis a norma	Conhecimento à 6.ª CEOPPH
COM(2022)141	2022-04-11	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Estratégia da UE em prol da Sustentabilidade e Circularidade dos Têxteis	Conhecimento à 6.ª CEOPPH

Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 7/XVI/ 1.ª SL

COM(2022)128	2022-04-13	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E FINANCEIRO E AO COMITÉ DO EMPREGO Relatório sobre o instrumento europeu de apoio temporário para atenuar os riscos de desemprego numa situação de emergência (SURE) na sequência do surto de COVID-19, nos termos do artigo 14.º do Regulamento (UE) 2020/672 do Conselho SURE 18 meses depois: terceiro relatório semestral	Conhecimento à 6.ª CEOPPH e à 10.ª CTSSI
COM(2022)139	2022-04-25	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO CONSELHO Roteiro da Comissão para um reforço da arquitetura financeira europeia para o desenvolvimento e relatório intercalar de 2021	Conhecimento à 2.ª CNECP e à 4.ª CAE
COM(2022)142	2022-04-27	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece um quadro para definir os requisitos de conceção ecológica dos produtos sustentáveis e que revoga a Diretiva 2009/125/CE	Conhecimento 11.ª CAENE
COM(2022)151	2022-04-28	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo às substâncias que empobrecem a camada de ozono e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1005/2009	Conhecimento 11.ª CAENE
COM(2022)157	2022-05-02	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à comunicação de dados ambientais de instalações industriais e à criação de um Portal das Emissões Industriais	Conhecimento à 11.ª CAENE

Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 7/XV/ 1.ª SL

COM(2022)134	2022-05-03	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo às indicações geográficas da União Europeia para o vinho, as bebidas espirituosas e os produtos agrícolas, e aos regimes de qualidade dos produtos agrícolas, que altera os Regulamentos (UE) n.º 1308/2013, (UE) 2017/1001 e (UE) 2019/787 e que revoga o Regulamento (UE) n.º 1151/2012	Conhecimento à 7.ª CAP
COM(2022)185	2022-05-03	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre os progressos realizados na execução da Diretiva 2014/89/UE que estabelece um quadro para o ordenamento do espaço marítimo	Conhecimento à 6.ª CEOPPH
COM(2022)198	2022-05-04	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Dar prioridade às pessoas, garantir o crescimento sustentável e inclusivo, realizar o potencial das regiões ultraperiféricas da UE	Conhecimento à 6.ª CEOPPH e à 13.ª CAPOTPL
COM(2022)190	2022-05-05	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES COVID-19 — Manutenção da preparação e resposta da UE: perspetivas para o futuro	Conhecimento à 9.ª CS
COM(2022)196	2022-05-06	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Um Espaço Europeu de Dados de Saúde: aproveitar o potencial dos dados de saúde em benefício das	Conhecimento à 1.ª CACDLG e à 9.ª CS

Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 7/XV/ 1.ª SL

		peças, dos doentes e da inovação	
COM(2022)201	2022-05-10	Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização a favor dos Trabalhadores Despedidos (FEG) na sequência de uma candidatura da França — EGF/2022/001 FR/Air France	Conhecimento à 10.ª CTSSI

Submetidas a votação, as propostas foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do grupo parlamentar do BE.

3. Apreciação e votação do plano de atividades da Comissão para a 1.ª Sessão Legislativa da XV Legislatura;

No presente ponto, interveio o Senhor Deputado João Paulo Rebelo (PS), referindo que o projeto apresentado não mereceu qualquer proposta de alteração ou aditamento. De seguida, interveio o Senhor Deputado Paulo Moniz (PSD), manifestando a sua expectativa quanto à realização das visitas externas previstas no plano, uma vez que não foi possível fazê-lo na Legislatura anterior devido à situação pandémica de COVID-19. O Senhor Deputado Bernardo Blanco (IL) tomou a palavra para manifestar a sua concordância com o projeto elaborado, referindo a sua posição relativamente à presença do senhor Primeiro-Ministro nas audições regimentais.

Submetido à votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do grupo parlamentar do BE.

4. Nomeação de Deputados autor de parecer no âmbito de iniciativas europeias:

COM (2021)645 - "COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 7/XV/ 1.ª SL

REGIÕES Programa de trabalho da Comissão para 2022 "Juntos por uma Europa mais forte"

Deputado Autor de Parecer: Cabe ao PS

O grupo parlamentar do PS indicou o Senhor Deputado Miguel Iglésias como autor deste parecer.

5. Discussão do [Projeto de Resolução 22/XV/1.ª](#) - Nem mais um euro da União Europeia para a guerra de Putin. Recomenda ao Governo que defenda no Conselho Europeu a adoção de um mecanismo de retenção dos pagamentos por combustíveis fósseis à Federação Russa e, através do estabelecimento de uma conta fiduciária num estado terceiro, de constituição de um fundo de reconstrução da Ucrânia a título de reparações de guerra (L);

O Senhor Presidente da Comissão sugeriu a discussão conjunta dos pontos 5 e 7, dada a temática subjacente, proposta que foi acolhida, sem oposição dos membros da Comissão.

De seguida, o Senhor Presidente da Comissão passou a palavra ao Senhor Deputado Rui Tavares (L) que, relativamente ao projeto de resolução (PJR) n.º 22/XV/1.ª, referiu o dilema vivido com o cenário de guerra provocado pela invasão da Rússia à Ucrânia tendo em conta, por um lado, a condenação da invasão e, por outro lado, o seu financiamento, direto ou indireto, através da importação de combustíveis fósseis para as economias da União Europeia (UE), salientando que a solução seria um embargo total às importações de combustíveis fósseis. Frisou que, apesar dos desenvolvimentos mais recentes nesta matéria, persistem alguns bloqueios políticos, propondo a iniciativa que o Governo português promova o debate no Conselho Europeu sobre a criação de uma conta fiduciária onde passem a ser depositadas as obrigações financeiras e onde ficassem retidas, provavelmente num Estado terceiro considerado neutro, sob a exigência do cumprimento de condições estabelecidas pelo Conselho Europeu. Além disso, referiu a criação de um mecanismo para o caso de incumprimento de prazos, em que os pagamentos retidos fossem redirecionados para um fundo de reconstrução da Ucrânia, a título de reparações de guerra. Apontando como a objeção mais evidente a



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 7/XV/ 1.ª SL

possibilidade de a Rússia cessar o fornecimento às economias europeias, salientou que a iniciativa se apresenta como uma solução, que se pode traduzir no mero pedido aos serviços jurídicos do Conselho Europeu para elaborar um parecer sobre a criação da conta, sua base legal e condições, marcando assim a agenda internacional e europeia.

Relativamente ao projeto de resolução (PJR) n.º 49/XV/1.ª, o qual deu entrada no Dia da Europa e na sequência da Conferência sobre o Futuro da Europa (CoFE), referiu que este visa aprofundar a democracia europeia, instando o Governo português a acompanhar o debate transnacional sobre diversos temas europeus, nomeadamente a proposta de criação de uma Confederação Europeia, à qual a Ucrânia e outros Estados dos Balcãs Ocidentais poderiam aderir, servindo de antecâmara à adesão à UE.

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Luís Capoulas Santos, referindo-se à atualidade e complexidade dos temas abordados, deu nota do encerramento da CoFE e da reunião interparlamentar com a Comissão de Assuntos Constitucionais (AFCO) do Parlamento Europeu, que teve lugar de manhã, onde foi discutida a próxima fase de acompanhamento deste processo.

A Senhora Deputada Catarina Rocha Ferreira (PSD) salientou que, quanto ao PJR n.º 22/XV/1.ª, desde a data da sua entrada na Assembleia da República (AR), a UE já aprovou o 5.º pacote de sanções contra a Rússia o qual inclui medidas que visam acentuar a pressão sobre os recursos russos para a agressão, designadamente através da proibição de aquisição, importação ou transferência para a UE de carvão e outros combustíveis fósseis originários da Rússia a partir de agosto de 2022, a proibição de exportação de combustíveis para a aviação e outras medidas económicas específicas, estando prevista a aprovação de um 6.º pacote em breve pelo que o grupo parlamentar (GP) do PSD entende que o mesmo já não se prevê como oportuno. Em relação ao PJR n.º 49/XV/1.ª, realçou a importância do Dia da Europa e dos seus princípios fundadores, referindo, no entanto, que tendo em conta a menção feita às listas transnacionais, a presente iniciativa não merece o acolhimento do GP do PSD.

O Senhor Deputado João Paulo Rebelo (PS) referiu que, quanto ao PJR n.º 22/XV/1.ª, o mesmo se encontra datado uma vez que em breve será aprovado um 6.º pacote de sanções da UE contra a Rússia, sendo que os 5 pacotes aprovados preveem um



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 7/XV/ 1.ª SL

conjunto de medidas que afetam não só o país agressor, como também os cidadãos europeus. Destacando a união na solidariedade e na condenação absoluta da invasão, defendeu que existe uma série de matérias que devem ser vistas de uma forma mais abrangente. Em relação ao PJR n.º 49/XV/1.ª, realçando o um papel central que a AR deve ter na discussão das conclusões da CoFE, apresentou seguidamente um requerimento oral, o qual será formalizado por escrito, no sentido de a AR promover uma conferência parlamentar com o envolvimento dos grupos parlamentares e da sociedade civil, convidando especialistas e personalidades com reconhecido mérito, para discutir estas questões europeias.

O Senhor Deputado Filipe Melo (CH) manifestou a sua discordância com o PJR 22/XV/1.ª, referindo que a criação de uma conta fiduciária apenas protela o problema de fundo, defendeu o embargo completo à importação do gás natural e do petróleo da Rússia, devendo a UE tomar uma posição dominante e determinante nesta matéria. Quanto ao PJR n.º 49/XV/1.ª, expressou a discordância com a iniciativa, nomeadamente no que concerne às listas transnacionais e ao fim da regra da unanimidade nas decisões do Conselho Europeu, defendendo o reforço da coesão e união da UE.

O Senhor Deputado Bernardo Blanco (IL), quanto ao PJR n.º 22/XV/1.ª, referiu que, apesar do mesmo se encontrar desatualizado e das dúvidas suscitadas quanto à sua implementação, o GP da IL está tendencialmente de acordo com o espírito da proposta, e analisará o sentido de voto a adotar, reconhecendo a necessidade de cessar o financiamento ao regime russo. Relativamente ao PJR n.º 49/XV/1.ª, referiu que, apesar de o GP estar genericamente de acordo com o ponto a), expressou dificuldade em concordar com a referência feita às listas transnacionais e ao fim da regra da unanimidade. No que respeita ao ponto d), apontou um lapso na referência ao Conselho Europeu onde deveria constar Conselho da UE, manifestou discordância quanto ao ponto e) e, quanto ao ponto f), referiu a possibilidade de acolher o mesmo caso se especifique os atores externos. Em relação ao ponto 2 da iniciativa, expressou desacordo com a criação de uma Confederação Europeia, concordou genericamente com o teor do ponto 3, e, por fim, quanto ao ponto 4, apesar de entender que se encontra um pouco desenquadrado, manifestou concordância relativamente à matéria do isolamento e eficiência energética.



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 7/XV/ 1.ª SL

A Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) começou por referir que, tendo em conta que terá de se ausentar da reunião em breve, remeteu a sua intervenção na presente iniciativa para a discussão do PJR n.º 46/XV/1.ª (IL), solicitando ainda o adiamento da discussão e votação do ponto 8 sobre o projeto de voto (PJV) n.º 53/XV (PS), informando da sua articulação com o respetivo proponente. Relativamente às iniciativas em discussão, referiu que o GP do PCP defende que a política de sanções não se prevê como uma solução, agravando a escalada do confronto e comportando profundas consequências económicas e sociais para os povos, direta e indiretamente, envolvidos na guerra, como é o caso de Portugal. Apontou que, apesar das iniciativas referirem a necessidade de reduzir a dependência externa, na prática, estas implicam uma reorientação da dependência, com impactos a nível ambiental e um aumento de custos para a população. Além disso, defendeu que o combate à dependência externa, do ponto de vista energético e alimentar, pressupõe a defesa da produção nacional, da reindustrialização do país e do controlo público de setores estratégicos, nomeadamente o energético. Desta forma, expressou que o GP não acompanha as iniciativas.

O Senhor Deputado Sérgio Marques (PSD), relativamente ao PJR n.º 49/XV/1.ª, expressou dúvidas quanto à questão das listas transnacionais, a iniciativa legislativa por parte dos Deputados ao Parlamento Europeu e a criação de um Senado Europeu, sublinhando o método comunitário baseado no triângulo institucional que permite um equilíbrio entre os interesses dos Estados-Membros e os interesses comuns da UE, referindo o risco que representa acrescentar um novo órgão, espécie de câmara alta, à arquitetura institucional europeia. Por fim, manifestou a sua concordância com o requerimento oral apresentado pelo GP do PS sobre a criação de uma conferência parlamentar.

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Luís Capoulas Santos, observou que este debate teve o mérito de contribuir para a apresentação do requerimento do GP do PS sobre a realização de uma conferência parlamentar, e alertou que, sendo aberta uma convenção intergovernamental para discutir a alteração dos Tratados, existem temáticas sobre as quais se deverá proceder a uma auscultação do Governo.

O Senhor Deputado Paulo Moniz (PSD) tomou ainda a palavra para referir que os temas constantes das conclusões da CoFE influenciarão a agenda política dos próximos



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 7/XV/ 1.ª SL

tempos, sendo oportuno, no âmbito da Comissão de Assuntos Europeus, acompanhá-los, nomeadamente através da delegação indicada para a CoFE.

De seguida, o Senhor Deputado Rui Tavares (L), relativamente ao PJR n.º 22/XV/1.ª, resumiu a recomendação que é feita ao Governo, referindo que o ponto 1 reúne consenso e afirmou que o ponto 2 é uma matéria que se encontra em cima da mesa, podendo ser suscitada a qualquer momento junto do Conselho Europeu. Defendeu ainda a atualidade da iniciativa já que os pacotes de sanções aprovados não incluem o gás natural, bem como o acesso de barcos de fornecimento de gás russo a portos europeus, designadamente portugueses, apelando a um reforço das obrigações inspetivas neste âmbito. Manifestou assim disponibilidade para receber propostas de alteração à iniciativa em apreço, com vista a sua possível aprovação, referindo ainda que, quanto ao PJR n.º 49/XV/1.ª, acolhe as correções feitas pelo GP da IL ao texto, propondo alterar o ponto 1 para que mencione «o prosseguimento do debate das propostas que constam do relatório final da CoFE» e no ponto b) clarificar «fortalecer a Democracia europeia, lançando um debate transnacional sobre assuntos europeus, entre os quais os referendos, as listas transnacionais e o sistema de candidatos-líder à presidência da Comissão Europeia». Por fim, salientou a importância da eficiência energética, designadamente no quadro da autonomia estratégica da UE, felicitando o GP do PS pela proposta apresentada, expressando o seu gosto em participar.

6. Discussão do [Projeto de Resolução 46/XV/1.ª](#) – Recomenda ao Governo que defenda, no contexto da União Europeia, o fim da importação de gás da Rússia (IL);

O Senhor Presidente da Comissão passou a palavra ao Senhor Deputado Bernardo Blanco (IL) que procedeu à apresentação da iniciativa, referindo que esta visa recomendar ao Governo o fim da importação pela UE de gás da Federação Russa e a eliminação gradual e calendarizada da importação de gás russo para Portugal. Apontou 3 argumentos principais: as considerações de segurança que sustentam a possibilidade de um embargo energético ultrapassam as desvantagens económicas; a resolução do Parlamento Europeu, aprovada no dia 6 de abril, por larga maioria, instando os Estados-Membros a aplicar um embargo total às importações de gás, petróleo, carvão e energia



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 7/XV/ 1.ª SL

nuclear da Federação Russa; e a reduzida dependência de Portugal do gás russo, sem consequências económicas gravosas.

O Senhor Deputado Jorge Seguro Sanches (PS) saudou a apresentação feita, referindo que o mesmo vai no sentido certo, defendendo que as medidas devem ser implementadas de forma coordenada no âmbito europeu, constituindo uma oportunidade de relançar e recolocar na agenda europeia as interligações de energia. Relembrou o compromisso político, alcançado em 2015, sobre as interligações elétricas entre a Península Ibérica e a França, o qual foi reforçado, em 2017/2018, através da sua quantificação com a definição de metas, a garantia de financiamento para a sua construção e a consagração destes objetivos num regulamento europeu. No que respeita ao gás, sublinhou a importância de debater e acompanhar o tema das suas interligações, com vista a estabelecer metas vinculativas e objetivos económicos e de sustentabilidade, incorporando a energia renovável, para o futuro. Por fim, destacou a importância económica e o papel que Sines pode desempenhar no quadro da estratégia europeia.

O Senhor Deputado Paulo Moniz (PSD) referiu que a presente iniciativa suscita o problema da autonomia energética, matéria que mereceu um tratamento isolado por parte da presidência francesa do Conselho da UE e que foi exacerbada pelo conflito na Ucrânia, e que impõe um conjunto de alterações a nível tecnológico, de regulação do mercado e de configuração do sistema electroprodutor e distribuidor de energia que não se concretizam rapidamente. Continuou dizendo que a ausência de implementação destas medidas torna difícil reduzir a dependência da Europa do petróleo russo, não existindo uma verdadeira alternativa segura e de longo prazo. Referindo-se à política de encerramento e de reconversão de centrais a carvão em Portugal, destacou a urgência de rever a interligação via Pirenéus, concordando com o embargo ao petróleo russo, defendendo, no entanto, a adoção de uma solução concertada forte e coesa a nível da UE.

O Senhor Deputado Filipe Melo (CH) expressou a sua concordância com a iniciativa apresentada, realçando a importância de avaliar a potencialidade dos recursos naturais nacionais, referindo a possibilidade de exploração das reservas de gás natural existentes na costa do Algarve, que podem gerar emprego e poupança, diminuindo a



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 7/XV/ 1.ª SL

dependência energética face ao gás russo. Concluiu, apelando a uma maior transparência e rigor na informação prestada quanto a esta matéria.

O Senhor Deputado Rui Tavares (L) manifestou a intenção de votar favoravelmente a iniciativa, referindo a reduzida dependência de Portugal face ao gás russo, sustentando que o Governo português deve defender junto das instituições europeias que se prescindia do seu fornecimento. Saliu ainda a possibilidade de introduzir mecanismos concretos para alcançar os objetivos pretendidos, deixando o consumo de gás russo de contribuir para o financiamento do conflito.

O Senhor Deputado Bernardo Blanco (IL) tomou a palavra para referir que, relativamente aos argumentos expostos pelo GP do PS, salientou a importância de desbloquear a situação com a França, e que, em relação à intervenção feita pelo GP do PSD, irão ponderar uma votação por pontos na sessão plenária. Relativamente às intervenções dos GP do PCP e CH, manifestou dúvidas quanto ao consenso sobre a questão da exploração dos recursos existentes na costa algarvia.

7. Discussão do [Projeto de Resolução 49/XV/1.ª](#)- Recomenda ao Governo que contribua para o aprofundar da democracia europeia e para o fortalecimento do projeto europeu, através do debate de propostas para a melhoria da arquitetura institucional da União Europeia, bem como para garantir a nossa independência energética face a atores externos (L);

A presente discussão ocorreu no ponto 5.

8. Discussão e votação, nos termos dos n.ºs 7 e 8 do artigo 75.º do Regimento da Assembleia da República, do [Projeto de Voto n.º 53/XV/1.ª \(PS\)](#) — De Saudação ao Dia da Europa

Na sequência do pedido de adiamento feito pela Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP), o mesmo foi aprovado, sem oposição.

9. Outros assuntos;



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 7/XV/ 1.ª SL

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Luís Capoulas Santos, referiu a necessidade de se definir como deve ser feito o acompanhamento das conclusões da CoFE, sugerindo a realização de um debate regular sobre o tema, e deu nota sobre a reunião interparlamentar sobre os primeiros resultados da Conferência sobre o Futuro da Europa, organizada pela Comissão dos Assuntos Constitucionais (AFÇO) do Parlamento Europeu, que teve lugar esta manhã, e sugeriu a constituição de uma delegação permanente para acompanhar esta matéria.

De seguida, referiu que os membros da Comissão têm participado, desde o início da legislatura, num conjunto de iniciativas, sugerido que os mesmos possam fazer um breve resumo sobre o que aconteceu, sem prejuízo da posterior apresentação do relatório de participação em reunião da Comissão.

Informou ainda sobre uma proposta de agendamento de um debate em sessão plenária para discutir a CoFE, fazendo um balanço dos eventos nacionais organizados, das suas conclusões e futuro acompanhamento.

O Senhor Deputado Paulo Moniz (PSD) tomou a palavra para manifestar a sua concordância com o acompanhamento das conclusões da CoFE por parte da delegação constituída para o efeito. Deu nota ainda sobre a sua participação na Conferência Interparlamentar sobre os desafios das migrações, que teve lugar nos dias 15 e 16 de maio, em Paris, tendo sido realçado o impacto da pandemia de COVID-19 na liberdade de circulação na UE, a necessidade de avaliar a revisão do sistema de Schengen e respetiva plataforma eletrónica; o papel da Frontex como braço operacional de proteção das fronteiras externas da UE; e a necessidade de reforçar a perceção deste papel de proteção junto dos cidadãos europeus. Destacou ainda a dimensão digital do espaço Schengen, referindo-se à proteção das fronteiras digitais, nomeadamente dos ataques informáticos.

A Senhora Deputada Romualda Fernandes (PS) referiu que, no âmbito da Conferência mencionada, participou no 1.º painel sobre as lições a retirar da crise migratória de 2015, e com o atual conflito na Ucrânia, nomeadamente no que concerne ao acolhimento de refugiados, dizendo que, ao contrário do que ocorreu em 2015, a UE respondeu de forma célere à crise atual, ativando a diretiva relativa à proteção temporária, facilitando



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 7/XV/ 1.ª SL

a circulação de refugiados ucranianos e facultando acesso a serviços essenciais de forma imediata. Concluiu, defendendo a aplicação destas medidas como regra, e salientou a necessidade de avançar o Pacto sobre Migração e Asilo, destacando a tónica da solidariedade e responsabilidade.

O Senhor Presidente da Comissão concluiu, recordando os trabalhos futuros, designadamente a reunião conjunta com a Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia (ITRE) do Parlamento Europeu, que terá lugar no próximo dia 24 de maio de 2022, e a audição preparatória do Conselho Europeu de 30 e 31 de maio, que terá lugar no próximo dia 25 de maio, às 14h00.

10. Apreciação e votação da ata n.º 3 de 26 de abril de 2022, n.º 4 de 02 de maio de 2022, n.º 5 de 03 de maio de 2022 e de n.º 6 de 11 de maio de 2022.

O Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Luís Capoulas Santos, informou que tinha sido distribuído pelos Senhores Deputados as atas n.º 3 de 26 de abril de 2022, n.º 4 de 02 de maio de 2022, n.º 5 de 03 de maio de 2022 e de n.º 6 de 11 de maio de 2022 e, colocando-as à apreciação e votação, as mesmas foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência dos grupos parlamentares do PCP e BE.

A reunião foi encerrada às 17:40 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 31 de maio de 2022.

O PRESIDENTE

(LUÍS CAPOULAS SANTOS)



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 7/XVI/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Brás (PS)
Cristina Mendes Da Silva (PS)
João Paulo Rebelo (PS)
Jorge Seguro Sanches (PS)
Luís Capoulas Santos (PS)
Miguel Iglésias (PS)
Pedro Cegonho (PS)
Rosário Gambôa (PS)
Rui Lage (PS)
Tiago Barbosa Ribeiro (PS)
Catarina Rocha Ferreira (PSD)
Clara Marques Mendes (PSD)
João Moura (PSD)
Paulo Moniz (PSD)
Ricardo Sousa (PSD)
Sérgio Marques (PSD)
Tiago Moreira De Sá (PSD)
Bernardo Blanco (IL)
Diana Ferreira (PCP)
Ana Bernardo (PS)
Filipe Neto Brandão (PS)
Jamila Madeira (PS)
João Torres (PS)
Rita Borges Madeira (PS)
Romualda Nunes Fernandes (PS)
Susana Correia (PS)
Alexandre Simões (PSD)
Firmino Marques (PSD)
João Barbosa De Melo (PSD)
Paulo Ramalho (PSD)
Filipe Melo (CH)
Irene Costa (PS)
Luís Soares (PS)
Rui Tavares (L)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Meireles (PSD)
Mariana Mortágua (BE)



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 7/XV/ 1.ª SL

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Edite Estrela (PS)
Natália Oliveira (PS)
Bruno Nunes (CH)